



GOVERNO DO DISTRITO FEDERAL

SECRETARIA DE ESTADO DE DESENVOLVIMENTO SOCIAL E TRANSFERÊNCIA DE RENDA

Contrato de Prestação de Serviços nº
14/2014, nos termos do Padrão 02/2002.

Processo nº 380.002.379/2014.

O DISTRITO FEDERAL, por meio da **SECRETARIA DE ESTADO DE DESENVOLVIMENTO SOCIAL E TRANSFERÊNCIA DE RENDA – SEDEST**, com sede na SEP 509, Bloco A, Lote 01, Ed. Nazir I 1º e 4º andar, nesta Capital, CNPJ nº 00.394.734/0001-00, doravante denominada **CONTRATANTE**, representada por **OSVALDO RUSSO DE AZEVEDO**, brasileiro, residente e domiciliado nesta Capital, portador do RG nº 3.315.532, CPF nº 037.357.967-53, na qualidade de Secretário de Desenvolvimento Social e Transferência de Renda, com delegação de competência prevista no Decreto nº 28.101, de 05/07/2007, publicada no Diário Oficial do Distrito Federal nº 129, de 06/07/2007, pág. 4, e nas Normas de Execução Orçamentária, Financeira e Contábil do Distrito Federal e a empresa **BANCO DE BRASÍLIA S/A**, doravante denominado simplesmente **BRB**, instituição financeira de economia mista, com sede em Brasília - DF, no SBS, Quadra 01, Bloco "E", Ed. Brasília, 3º andar, inscrito sob o CNPJ/MF sob o n.º 00.000.208/0001-00, neste representado por seu Procurador **RONALDO BORGES DE SOUZA**, brasileiro, casado, residente e domiciliado nesta capital, portador do RG. n.º 1.945.150 SSP/DF e do CPF n.º 391.923.851-68, resolvem por mútuo e comum acordo, firmar o presente instrumento, mediante as cláusulas e condições seguintes:

CLÁUSULA PRIMEIRA – Do Procedimento

O presente contrato obedece aos termos da Lei nº 5.165, de 04 de setembro de 2013, e Decreto nº 35.191 de 21 de fevereiro de 2014, bem como as Portarias da SEDEST. Obedece ainda aos Termos da justificativa de proposta de fls.179, do Termo de Referência de fls. 03 a 07 e seus respectivos Anexos, da justificativa de Dispensa de Licitação de fl. 187, e sua posterior ratificação de fls. 188, baseada no inciso VIII art. 24 c/c art. 26 e as demais disposições da Lei nº 8.666, de 21.06.93 e alterações posteriores e § 1º do art. 144 da lei Orgânica do Distrito Federal.

Havendo irregularidade neste instrumento, entre em contato com a Ouvidoria de Combate à Corrupção, no telefone 0800-6449060.





030945

CLÁUSULA SEGUNDA – Do Objeto

O contrato tem por objeto a prestação de serviços para operacionalização do pagamento de auxílio pecuniário aos beneficiários dos Programas Sociais e Benefícios, sob a responsabilidade operacional, orçamentária e financeira da SEDEST, conforme legislações específicas. Obedecendo ainda aos Termos da justificativa de proposta de fls.179, do Termo de Referência de fls. 03 a 07 e seus respectivos Anexos, da justificativa de Dispensa de Licitação de fl. 187, e sua posterior ratificação de fls. 188, baseada no inciso VIII art. 24 c/c art. 26 e as demais disposições da Lei nº 8.666, de 21.06.93 e alterações posteriores e § 1º do art. 144 da lei Orgânica do Distrito Federal.

CLÁUSULA TERCEIRA – Das Regras Gerais

Parágrafo Primeiro - A operacionalização dos serviços contratados relativos aos programas regulares dar-se-á conforme detalhamento abaixo:

- I. A SEDEST encaminhará pelo canal @EDI arquivo de cadastro, para a confecção dos cartões, com os dados dos beneficiários de acordo com leiaute fornecido pelo Banco.
- II. Entende-se por arquivo de cadastro, o formulário eletrônico com informações necessárias para a confecção dos cartões sociais.
- III. A SEDEST encaminhará pelo canal @EDI arquivo de crédito com os dados dos beneficiários de acordo com leiaute fornecido pelo Banco.
- IV. Entende-se por arquivo de crédito a folha de pagamento dos beneficiários.
- V. Os créditos aos beneficiários serão efetuados no cartão social, pelo BRB, nos exatos termos e valores constantes dos arquivos gerados e enviados pela SEDEST.
- VI. O BRB fornecerá à SEDEST leiaute dos arquivos para a inserção dos dados dos beneficiários, bem como orientará os técnicos da Secretaria sobre a utilização dos arquivos.
- VII. A SEDEST enviará ao BRB arquivos de testes, enquanto necessários ajustes nos sistemas de pagamento dos benefícios, arquivos de cadastro e de pagamento nos leiautes fornecidos pelo Banco e nos prazos estabelecidos neste contrato.
- VIII. Entende-se por arquivos de testes, os arquivos encaminhados para testar a funcionalidade do sistema. Esses arquivos serão produzidos em

Havendo irregularidade neste instrumento, entre em contato com a Ouvidoria de combate à Corrupção, no telefone 0800-6449060.



Handwritten signature and initials.



GOVERNO DO DISTRITO FEDERAL
SECRETARIA DE ESTADO DE DESENVOLVIMENTO SOCIAL E TRANSFERÊNCIA DE RENDA

ambiente de desenvolvimento. Portanto, sem validade efetiva para a produção de cartões sociais ou do efetivo pagamento ao beneficiário.

- IX. Os créditos aos beneficiários do programa, objeto deste contrato, serão efetuados em 2 (dois) dias úteis após a SEDEST encaminhar os respectivos recursos financeiros e o valor da tarifa de prestação de serviços ao BRB.
- X. Os créditos aos beneficiários do programa poderão ser efetuados em outra data, por determinação da SEDEST, desde que observado o prazo mínimo de dois dias úteis para o pagamento.
- XI. O BRB só efetuará os pagamentos aos beneficiários se houver o repasse dos recursos financeiros referentes ao pagamento dos beneficiários e das tarifas pela prestação de serviços, bem como o recebimento do arquivo de crédito.
- XII. Caso a SEDEST deixe de efetuar o repasse dos recursos financeiros para pagamento do arquivo de crédito e da tarifa de prestação de serviços ou de enviar os arquivos nos prazos estipulados, ou ainda, enviar os arquivos com rejeição; o BRB não se obriga a efetuar os pagamentos.
- XIII. O(s) valor(es) a ser(em) devolvido(s) à SEDEST relativo(s) às rejeições ou erros nos arquivos de pagamentos, à eventuais diferenças nos recursos repassados e aos demais recursos solicitados pela Secretaria, serão depositados pelo Banco em conta designada pela Secretaria.
- XIV. O pagamento efetivo dos benefícios ocorrerá no momento em que o crédito for disponibilizado ao beneficiário.
- XV. O prazo de validade dos valores disponibilizados para os beneficiários será de 90 (noventa) dias. Após esse prazo, os valores não sacados pelos beneficiários serão devolvidos para a SEDEST em até 20 (vinte) dias úteis.
- XVI. Qualquer movimentação financeira efetuada pelo beneficiário, ocorrida no período de validade das parcelas, configura recebimento dos benefícios sendo considerado pagamento integral de todas as parcelas creditadas até então.
- XVII. O BRB encaminhará à SEDEST, no prazo de cinco dias úteis após o pagamento efetivo dos benefícios, a nota fiscal relativa aos serviços prestados.
- XVIII. Na prestação de contas, o BRB encaminhará relatório de benefícios pagos e não pagos, informará à SEDEST, por meio de ofício, a quantidade e

Havendo irregularidade neste instrumento, entre em contato com a Ouvidoria de Combate à Corrupção, no telefone 0800-6449060.





GOVERNO DO DISTRITO FEDERAL

SECRETARIA DE ESTADO DE DESENVOLVIMENTO SOCIAL E TRANSFERÊNCIA DE RENDA

valor dos benefícios pagos, rejeitados e/ou com erros, bem como informará o valor da ordem bancária recebida para o pagamento da folha e o(s) valor(es) a ser(em) devolvido(s) para a Secretaria.

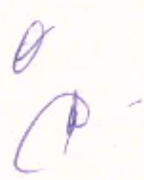
Parágrafo Segundo: a operacionalização dos recursos depositados em poupança dar-se-á da seguinte forma:

- I. O BRB irá disponibilizar conta poupança especial para a SEDEST.
- II. A SEDEST encaminhará os beneficiários às agências, previamente determinadas pelo BRB, com formulário específico para abertura da conta poupança. O formulário deverá seguir o modelo do BRB.
- III. O beneficiário menor de idade deverá ser representado pelo responsável legal. Nesse caso, a abertura de conta do menor observará as disposições legais do programa social envolvido.
- IV. Para pagamento do benefício a SEDEST encaminhará ao BRB, arquivo de crédito no leiaute definido pelo Banco.
- V. A SEDEST autorizará o saque do benefício por meio de formulário específico conforme modelo cedido pelo BRB.
- VI. Os beneficiários não poderão efetuar saque do benefício sem autorização da SEDEST.

Parágrafo Terceiro: a operacionalização dos serviços contratados relativos aos Benefícios Eventuais dar-se-á conforme detalhamento abaixo:

- I. A SEDEST encaminhará pelo canal @EDI arquivo de crédito com os dados dos beneficiários de acordo com leiaute fornecido pelo Banco.
- II. Os créditos aos beneficiários serão efetuados nos exatos termos e valores constantes dos arquivos gerados e enviados pela SEDEST.
- III. O BRB fornecerá à SEDEST leiaute dos arquivos para a inserção dos dados dos beneficiários, bem como orientará os técnicos da Secretaria sobre a utilização dos arquivos.
- IV. A SEDEST enviará ao BRB arquivos de teste e de pagamento nos leiautes fornecidos pelo Banco e nos prazos estabelecidos neste contrato.
- V. Os créditos aos beneficiários do programa, objeto deste contrato, serão efetuados 2 (dois) dias úteis após a SEDEST repassar os respectivos recursos financeiros e o valor da tarifa ao BRB.

Havendo irregularidade neste instrumento, entre em contato com a Ouvidoria de combate à Corrupção, no telefone 0800-6449060.





GOVERNO DO DISTRITO FEDERAL
SECRETARIA DE ESTADO DE DESENVOLVIMENTO SOCIAL E TRANSFERÊNCIA DE RENDA

- VI. Os créditos aos beneficiários do programa poderão ser efetuados em outra data, por determinação da SEDEST, desde que observado o prazo mínimo de dois dias úteis para o pagamento.
- VII. Os beneficiários poderão sacar o benefício em qualquer Correspondente não-bancário do BRB, mediante apresentação de autorização emitida pela SEDEST, documento pessoal oficial com foto e o número do CPF.
- VIII. O BRB só efetuará os pagamentos aos beneficiários se houver o repasse dos recursos financeiros referentes ao pagamento dos beneficiários e das tarifas pela prestação de serviços, bem como o recebimento do arquivo de crédito.
- IX. Caso a SEDEST deixe de efetuar o repasse dos recursos financeiros e o valor da tarifa por serviços prestados ou de enviar os arquivos nos prazos estipulados, ou ainda, enviar os arquivos com rejeição; o BRB não se obriga a efetuar os pagamentos.
- X. O(s) valor(es) a ser(em) devolvido(s), à SEDEST, relativo(s) às rejeições ou erros nos arquivos de pagamentos, à eventuais diferenças nos recursos repassados e aos demais recursos solicitados pela Secretaria, serão depositados pelo Banco em conta designada pela Secretaria.
- XI. O prazo de validade dos valores disponibilizados para os beneficiários será determinado pela Secretaria. Os valores não sacados pelos beneficiários, no prazo de validade, serão devolvidos para a SEDEST na prestação de contas.
- XII. O BRB encaminhará à SEDEST, no prazo de cinco dias úteis após o pagamento efetivo dos benefícios, a nota fiscal relativa aos serviços prestados.
- XIII. Na prestação de contas, o BRB encaminhará relatório de benefícios pagos e não pagos, informará à SEDEST, por meio de ofício, a quantidade e valor dos benefícios pagos, rejeitados e/ou com erros, bem como informará o valor da ordem bancária recebida para o pagamento da folha e o(s) valor(es) a ser(em) devolvido(s) para a Secretaria.

CLÁUSULA QUARTA – Das Obrigações Das Partes

Parágrafo Primeiro – São obrigações do BRB:

Havendo irregularidade neste instrumento, entre em contato com a Ouvidoria de combate à Corrupção, no telefone 0800-6449060.

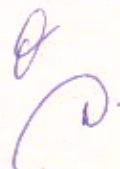




GOVERNO DO DISTRITO FEDERAL
SECRETARIA DE ESTADO DE DESENVOLVIMENTO SOCIAL E TRANSFERÊNCIA DE RENDA

- I. Proceder ao registro dos dados cadastrais e financeiros dos beneficiários em sistemas informatizados.
- II. Gerar o cartão social para os benefícios regulares de acordo com o arquivo de cadastro enviado pela SEDEST.
- III. Cobrar do beneficiário, a partir da confecção da segunda via do cartão social, o valor de R\$ 3,82 (três reais e oitenta e dois centavos), por plástico emitido.
- IV. Entregar os cartões sociais para os beneficiários por meio de sua rede de agências.
- V. Efetuar o bloqueio e desbloqueio do cartão social referente aos programas e benefícios, mediante solicitação do beneficiário ou da SEDEST. Caso a SEDEST solicite o bloqueio de um cartão social, o mesmo só poderá ser desbloqueado com autorização da Secretaria.
- VI. Prestar os serviços de logística aos beneficiários dos programas sociais regulares para o cadastramento de senhas utilizando-se de infra-estrutura e equipamentos próprios.
- VII. Prestar os serviços de logística aos beneficiários dos benefícios eventuais para que possam efetuar os saques dos benefícios nos correspondentes não-bancários.
- VIII. Emitir Nota fiscal em até cinco úteis após o pagamento efetivo dos benefícios.
- IX. Receber da SEDEST o arquivo de crédito pelo canal @EDI e informar no prazo máximo de 2 (dois) dias úteis a ocorrência de erros ou rejeições.
- X. Transferir os recursos aos beneficiários em data determinada pela SEDEST, desde que observado o prazo mínimo de dois dias úteis após o recebimento dos recursos financeiros referentes ao arquivo de crédito e da tarifa de prestação de serviços e, ainda do arquivo de crédito.
- XI. Devolver à SEDEST os valores dos benefícios rejeitados e/ou com erros em até cinco úteis após o pagamento efetivo dos benefícios.
- XII. Elaborar e enviar para a SEDEST até o 20º (vigésimo dia) útil após o prazo de pagamento dos benefícios objetos deste contrato arquivos magnéticos e relatórios – consolidado e analítico – relativos aos programas sociais, com informações sobre os recursos recebidos, os valores pagos e não pagos.

Havendo irregularidade neste instrumento, entre em contato com a Ouvidoria de combate à Corrupção, no telefone 0800-6449060.





GOVERNO DO DISTRITO FEDERAL

SECRETARIA DE ESTADO DE DESENVOLVIMENTO SOCIAL E TRANSFERÊNCIA DE RENDA

- XIII. Promover, internamente, a divulgação das cláusulas e condições estabelecidas neste contrato, de forma a instruir o corpo de funcionários do Banco, no que se refere aos procedimentos operacionais ora pactuados.
- XIV. Manter durante toda a execução do contrato, em conformidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e as previstas no Projeto Básico.

Parágrafo Segundo – São obrigações da SEDEST:

- I. Informar e orientar os beneficiários do programa sobre os procedimentos para recebimentos dos programas sociais regulares ou benefícios eventuais.
- II. Prestar informações aos beneficiários dos programas sociais quanto aos seus benefícios.
- III. Enviar ao BRB, em meio eletrônico, pelo canal @ EDI, arquivo de cadastro, conforme leiaute definido pelo BRB, 30 (trinta) dias antes da data prevista para a entrega dos cartões sociais aos beneficiários.
- IV. Enviar ao BRB, em meio eletrônico, pelo canal @ EDI, arquivo de crédito, conforme leiaute definido pelo BRB, até 5 (cinco) dias úteis antes da data prevista para início dos pagamentos dos benefícios, para verificação de erros ou rejeições.
- V. Havendo erros ou rejeições no arquivo de crédito, a SEDEST promoverá os acertos necessários em até 02 (dois) dias úteis e informará o BRB ou autorizará a devolução do valor do benefício.
- VI. Transferir ao BRB os recursos financeiros para pagamento dos benefícios e relativos às tarifas de prestação de serviços em até 02 (dois) dias úteis antes da data prevista para início dos pagamentos dos benefícios.
- VII. Manter o Banco informado das alterações e revisões de rotinas internas que afetem o presente contrato.

Cláusula Quinta – DO VALOR

- I. A SEDEST pagará ao BRB o valor de R\$ 3,82 (três reais e oitenta e dois centavos) pela primeira via de cartão social emitido e 2,35 (dois reais e trinta e cinco centavos) por benefício informado no arquivo de crédito.

Havendo irregularidade neste instrumento, entre em contato com a Ouvidoria de combate à Corrupção, no telefone 0800-6449060.



Handwritten initials and signature.



GOVERNO DO DISTRITO FEDERAL
SECRETARIA DE ESTADO DE DESENVOLVIMENTO SOCIAL E TRANSFERÊNCIA DE RENDA

- II. O valor anual do Contrato é estimado em R\$ 281.508,74 (Duzentos e oitenta e um mil, quinhentos e oito reais e setenta e quatro centavos).

Cláusula Sexta – DO REAJUSTE

Os valores contidos na cláusula quinta serão reajustados a cada 12 meses da assinatura deste, com base na variação do INPC – Índice Nacional de Preços ao Consumidor.

Parágrafo Único – Se necessário, o contrato poderá ser alterado em razão de desequilíbrio econômico-financeiro, desde que presente as hipóteses legais.

Cláusula Sétima – DO PAGAMENTO

BRB receberá da SEDEST a título de ressarcimento das despesas com a operacionalização dos programas sociais e benefícios constantes deste contrato, o valor correspondente à quantidade de cartões sociais solicitados pela Secretaria no arquivo de cadastro e à quantidade de benefícios a serem pagos discriminados no arquivo de crédito.

Parágrafo Primeiro - O pagamento da remuneração do agente financeiro será efetuado conforme as normas de execução orçamentária, financeira e contábil do Governo do Distrito Federal e ocorrerá, impreterivelmente, no momento do envio dos recursos financeiros pela SEDEST, para pagamento aos beneficiários, ou quando do envio de cadastro, no caso da solicitação dos cartões sociais.

CLÁUSULA OITAVA – Dos Riscos

Os riscos operacionais e legais decorrentes dos benefícios concedidos serão de responsabilidade da SEDEST.

CLÁUSULA NONA – Do Controle

É prerrogativa da SEDEST conservar a autoridade normativa e a fiscalização sobre execução, mediante a supervisão e acompanhamento das atividades inerentes ao objeto deste Instrumento, bem como de assumir ou transferir a responsabilidade pela execução, no caso de paralisação ou de fato relevante que venha a ocorrer.

CLÁUSULA DÉCIMA – Da Divulgação Promocional

Em qualquer ação promocional, previamente aprovada pelas partes, em função deste Contrato, deverá ser obrigatória a inclusão da marca do Governo do Distrito

Havendo irregularidade neste instrumento, entre em contato com a Ouvidoria de combate à Corrupção, no telefone 0800-6449060.





GOVERNO DO DISTRITO FEDERAL
SECRETARIA DE ESTADO DE DESENVOLVIMENTO SOCIAL E TRANSFERÊNCIA DE RENDA

Federal, da SEDEST e do BRB, seja em evento, peça, curso, material ou matéria jornalística destinada à divulgação, em qualquer veículo de comunicação social, folhetos, impressos em geral, tanto para circulação interna como externa.

Parágrafo Primeiro – Fica vedado aos partícipes utilizar nos empreendimentos resultantes deste Contrato, nomes, símbolos ou imagens que caracterizam promoção pessoal de autoridades ou servidores públicos.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – Da Vinculação Trabalhista

O presente Contrato não resulta, em hipótese alguma, vínculo de natureza trabalhista ou associativa entre as partes, nem tampouco nenhuma vinculação de emprego, representação, mandato ou instituto congênere entre quaisquer delas e os empregados ou prepostos da outra, respondendo cada uma individual e isoladamente por todas as obrigações que assumir, seja de que natureza for.

Parágrafo Primeiro – São de exclusiva responsabilidade das partes os atos praticados por seus prepostos e empregados, perante as outras partes e terceiros.

Parágrafo Segundo – As partes são responsáveis por todos e quaisquer ônus, riscos, encargos trabalhistas e indenizações de quaisquer espécies reivindicadas por seus empregados e prepostos, inclusive por débitos tributários e previdenciários.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA – Da Dotação Orçamentária

2.1 – A despesa correrá à conta da seguinte Dotação Orçamentária:

I – Unidade Orçamentária: 17.101 - SEDEST.

II – Programa de Trabalho: 08.122.6009.8517-0032 – Manutenção de Serviços Administrativos Gerais – SEDEST – PLANO PILOTO.

III – Natureza da Despesa: 33.90.39.

IV – Fonte de Recursos: 100.

2.2 – O empenho inicial é de R\$ 142.558,83 (cento e quarenta e dois mil quinhentos e cinquenta e oito reais e oitenta e três centavos), conforme Nota de Empenho nº 2014NE00457, emitida em 12/08/2014, sob o evento nº 400091, na modalidade estimativo.

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA – Das Penalidades

O atraso injustificado na execução, bem como a inexecução total ou parcial do Contrato sujeitará a Contratada as sanções previstas no art. 86, 87 e 88, da Lei nº 8.666/93, facultada ao Distrito Federal, em todo caso, a rescisão unilateral, bem como

Havendo irregularidade neste instrumento, entre em contato com a Ouvidoria de combate à Corrupção, no telefone 0800-6449060.



Handwritten signature and initials.



GOVERNO DO DISTRITO FEDERAL
SECRETARIA DE ESTADO DE DESENVOLVIMENTO SOCIAL E TRANSFERÊNCIA DE RENDA

investir-se na posse de bens, alienar coisas, promover contratações para conclusão ou aperfeiçoamento de obras ou serviços.

13.1 - Das Espécies

13.1.1 – As licitantes e/ou contratadas que não cumprirem integralmente as obrigações assumidas, garantida a prévia defesa, estão sujeitas às seguintes sanções em conformidade com o Decreto nº 26.851, de 30/05/2006, publicado no DODF nº 103, de 31/05/2006, pg. 05/07, alterado pelos Decretos nºs 26.993/2006, de 12/07/2006 e 27.069/2006, de 14/08/2006:

I - advertência;

II - multa; e

III - suspensão temporária de participação em licitação, e impedimento de contratar com a Administração do Distrito Federal, por prazo não superior a 2 (dois) anos, e dosada segundo a natureza e a gravidade da falta cometida.

a) para a licitante e/ou contratada que, convocada dentro do prazo de validade de sua proposta, não celebrar o contrato, deixar de entregar ou apresentar documentação falsa exigida para o certame, ensejar o retardamento da execução do seu objeto, comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude fiscal; a penalidade será aplicada por prazo não superior a 5 (cinco) anos, e a licitante e/ou contratada será descredenciada do Sistema de Cadastro de Fornecedores, sem prejuízo das multas previstas em edital e no contrato e das demais cominações legais, aplicadas e dosadas segundo a natureza e a gravidade da falta cometida;

IV - declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, que será concedida sempre que a contratada ressarcir a Administração pelos prejuízos resultantes e após decorrido o prazo da sanção aplicada com base no inciso anterior.

13.1.2 - As sanções previstas nos incisos I, III e IV do subitem anterior poderão ser aplicadas juntamente com a do inciso II, facultada a defesa prévia do interessado, no respectivo processo, no prazo de 5 (cinco) dias úteis.

13.2 - Da Advertência

13.2.1 - A advertência é o aviso por escrito, emitido quando o licitante e/ou contratada descumprir qualquer obrigação, e será expedido:

I - pela CENTRAL DE COMPRAS E LICITAÇÕES, quando o descumprimento da obrigação ocorrer no âmbito do procedimento licitatório; e

II - pelo ordenador de despesas do órgão contratante se o descumprimento da obrigação ocorrer na fase de execução contratual, entendida desde a recusa em retirar a nota de empenho ou assinar o contrato.

Havendo irregularidade neste instrumento, entre em contato com a Ouvidoria de combate à Corrupção, no telefone 0800-6449060.



Handwritten signature and initials.



13.3 - Da Multa

13.3.1 - A multa é a sanção pecuniária que será imposta à contratada, pelo ordenador de despesas do órgão contratante, por atraso injustificado na entrega ou execução do contrato, e será aplicada nos seguintes percentuais:

I - 0,33% (trinta e três centésimos por cento) por dia de atraso, na entrega de material ou execução de serviços, calculado sobre o valor correspondente à parte inadimplente, até o limite de 9,9%, que corresponde a até 30 (trinta) dias de atraso;

II - 0,66 % (sessenta e seis centésimos por cento) por dia de atraso, na entrega de material ou execução de serviços, calculado, desde o primeiro dia de atraso, sobre o valor correspondente à parte inadimplente, em caráter excepcional, e a critério do órgão contratante, quando o atraso ultrapassar 30 (trinta) dias;

III - 5% (cinco por cento) sobre o valor total do contrato/nota de empenho, por descumprimento do prazo de entrega, sem prejuízo da aplicação do disposto nos incisos I e II deste subitem;

IV - 15% (quinze por cento) em caso de recusa injustificada do adjudicatário em assinar o contrato ou retirar o instrumento equivalente, dentro do prazo estabelecido pela Administração, recusa parcial ou total na entrega do material, recusa na conclusão do serviço, ou rescisão do contrato/ nota de empenho, calculado sobre a parte inadimplente; e

V- 20% (vinte por cento) sobre o valor do contrato/nota de empenho, pelo descumprimento de qualquer cláusula do contrato, exceto prazo de entrega.

13.3.2 - A multa será formalizada por simples apostilamento contratual, na forma do art. 65, § 8º, da Lei nº 8.666/93 e será executada após regular processo administrativo, oferecido à contratada a oportunidade de defesa prévia, no prazo de 05 (cinco) dias úteis, a contar do recebimento da notificação, nos termos do § 3º do art. 86 da Lei nº 8.666/93, observada a seguinte ordem:

I - mediante desconto no valor da garantia depositada do respectivo contrato;

II - mediante desconto no valor das parcelas devidas à contratada; e

III - mediante procedimento administrativo ou judicial de execução.

13.3.3 - Se a multa aplicada for superior ao valor da garantia prestada, além da perda desta, responderá à contratada pela sua diferença, devidamente atualizada pelo Índice Geral de Preços Mercado (IGP-M) ou equivalente, que será descontada dos pagamentos eventualmente devidos pela Administração ou cobrados judicialmente.

13.3.4 - O atraso, para efeito de cálculo de multa, será contado em dias corridos, a partir do dia seguinte ao do vencimento do prazo de entrega ou execução do contrato, se dia de expediente normal na repartição interessada, ou no primeiro dia útil seguinte.

13.3.5 - Em despacho, com fundamentação sumária, poderá ser relevado:

I - o atraso não superior a 5 (cinco) dias; e

Havendo irregularidade neste instrumento, entre em contato com a Ouvidoria de Combate à Corrupção, no telefone 0800-6449060.



Handwritten signature and initials.



GOVERNO DO DISTRITO FEDERAL
SECRETARIA DE ESTADO DE DESENVOLVIMENTO SOCIAL E TRANSFERÊNCIA DE RENDA

II - a execução de multa cujo montante seja inferior ao dos respectivos custos de cobrança.

13.3.6 - A multa poderá ser aplicada cumulativamente com outras sanções, segundo a natureza e a gravidade da falta cometida, consoante o previsto do subitem 14.1.2 e observado o princípio da proporcionalidade.

13.3.7 - Decorridos 30 (trinta) dias de atraso, a nota de empenho e/ou contrato deverão ser cancelados e/ou rescindidos, exceto se houver justificado interesse da unidade contratante em admitir atraso superior a 30 (trinta) dias, que será penalizado na forma do inciso II do subitem 14.3.1.

13.3.8 - A sanção pecuniária prevista no inciso IV do subitem 14.3.1 não se aplica nas hipóteses de rescisão contratual que não ensejam penalidades.

13.4 - Da Suspensão

13.4.1 - A suspensão é a sanção que impede temporariamente o fornecedor de participar de licitação e de contratar com a Administração, e, se aplicada em decorrência de licitação na modalidade pregão, ainda suspende o registro cadastral da licitante e/ou contratada no Cadastro de Fornecedores do Distrito Federal, instituído pelo Decreto nº 25.966, de 23 de junho de 2005, e no Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores – SICAF, de acordo com os prazos a seguir:

I - por até 30 (trinta) dias, quando, vencido o prazo de advertência, emitida pela CENTRAL DE COMPRAS E LICITAÇÕES, a licitante e/ou contratada permanecer inadimplente;

II - por até 90 (noventa) dias, quando a licitante deixar de entregar, no prazo estabelecido no edital, os documentos e anexos exigidos, quer por via fax ou internet, de forma provisória, ou, em original ou cópia autenticada, de forma definitiva;

III - por até 12 (doze) meses, quando a licitante, na modalidade pregão, convocada dentro do prazo de validade de sua proposta, não celebrar o contrato, ensejar o retardamento na execução do seu objeto, falhar ou fraudar na execução do contrato; e

IV - por até 24 (vinte e quatro) meses, quando a licitante:

a) apresentar documentos fraudulentos, adulterados ou falsificados nas licitações, objetivando obter, para si ou para outrem, vantagem decorrente da adjudicação do objeto da licitação;

b) tenha praticado atos ilícitos visando a frustrar os objetivos da licitação; e

c) receber qualquer das multas previstas no subitem anterior e não efetuar o pagamento;

13.4.2 - São competentes para aplicar a penalidade de suspensão:

I - a CENTRAL DE COMPRAS E LICITAÇÕES, quando o descumprimento da obrigação ocorrer no âmbito do procedimento licitatório; e

Havendo irregularidade neste instrumento, entre em contato com a Ouvidoria de combate à Corrupção, no telefone 0800-6449060.





GOVERNO DO DISTRITO FEDERAL

SECRETARIA DE ESTADO DE DESENVOLVIMENTO SOCIAL E TRANSFERÊNCIA DE RENDA

II - o ordenador de despesas do órgão contratante, se o descumprimento da obrigação ocorrer na fase de execução contratual, entendida desde a recusa em retirar a nota de empenho ou assinar o contrato.

13.4.3 - A penalidade de suspensão será publicada no Diário Oficial do Distrito Federal.

13.4.4 - O prazo previsto no inciso IV poderá ser aumentado para até 05 (cinco) anos, quando as condutas ali previstas forem praticadas no âmbito dos procedimentos derivados dos pregões.

13.5 - Da Declaração de Inidoneidade

13.5.1 - A declaração de inidoneidade será aplicada pelo Secretário de Estado ou autoridade equivalente do órgão de origem, à vista dos motivos informados na instrução processual.

13.5.2 - A declaração de inidoneidade prevista neste item 14.5 permanecerá em vigor enquanto perdurarem os motivos que determinaram a punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que a aplicou, e será concedida sempre que a contratada ressarcir a Administração pelos prejuízos resultantes de sua conduta e após decorrido o prazo da sanção.

13.5.3 - A declaração de inidoneidade e/ou sua extinção será publicada no Diário Oficial do Distrito Federal, e seus efeitos serão extensivos a todos os órgãos/entidades subordinadas ou vinculadas ao Poder Executivo do Distrito Federal, e à Administração Pública, consoante dispõe o art. 87, IV, da Lei nº 8.666, de 1993.

13.6 - Das Demais Penalidades

13.6.1 - As licitantes que apresentarem documentos fraudulentos, adulterados ou falsificados, ou que por quaisquer outros meios praticarem atos irregulares ou ilegalidades para obtenção no registro no Cadastro de Fornecedores do Distrito Federal, administrado pela CENTRAL DE COMPRAS E LICITAÇÕES, estarão sujeitas às seguintes penalidades:

I - suspensão temporária do certificado de registro cadastral ou da obtenção do registro, por até 24 (vinte e quatro) meses, dependendo da natureza e da gravidade dos fatos; e

II - declaração de inidoneidade, nos termos do subitem 14.5;

III - aplicam-se a este subitem as disposições do subitem 14.4.3 e 14.4.4.

13.6.2 - As sanções previstas nos subitens 14.4 e 14.5 poderão também ser aplicadas às empresas ou profissionais que, em razão dos contratos regidos pelas Leis Federais nºs 8.666, de 1993 ou 10.520, de 2002:

I - tenham sofrido condenação definitiva por praticarem, por meios dolosos, fraude fiscal no recolhimento de quaisquer tributos;

II - tenham praticado atos ilícitos, visando frustrar os objetivos da licitação; e

Havendo irregularidade neste instrumento, entre em contato com a Ouvidoria de Combate à Corrupção, no telefone 0800-6449060.



[Handwritten signature]



GOVERNO DO DISTRITO FEDERAL
SECRETARIA DE ESTADO DE DESENVOLVIMENTO SOCIAL E TRANSFERÊNCIA DE RENDA

III - demonstrarem não possuir idoneidade para contratar com a Administração, em virtude de atos ilícitos praticados.

13.7 - Do Direito de Defesa

13.7.1 - É facultado à interessada interpor recurso contra a aplicação das penas de advertência, suspensão temporária ou de multa, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, a contar da ciência da respectiva notificação.

13.7.2 - O recurso será dirigido à autoridade superior, por intermédio da que praticou o ato recorrido, a qual poderá reconsiderar sua decisão, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, ou, nesse mesmo prazo, fazê-lo subir, devidamente informado, devendo, neste caso, a decisão ser proferida dentro do prazo de 5 (cinco) dias úteis, contado do recebimento do recurso, sob pena de responsabilidade.

13.7.3 - Na contagem dos prazos estabelecidos neste Capítulo, excluir-se-á o dia do início e incluir-se-á o do vencimento, e considerar-se-ão os dias consecutivos, exceto quando for explicitamente disposto em contrário;

13.7.4 - Assegurado o direito à defesa prévia e ao contraditório, e após o esgotamento da fase recursal, a aplicação da sanção será formalizada por despacho motivado, cujo extrato deverá ser publicado no Diário Oficial do Distrito Federal, devendo constar:

- I - a origem e o número do processo em que foi proferido o despacho;
- II - o prazo do impedimento para licitar e contratar;
- III - o fundamento legal da sanção aplicada; e
- IV - o nome ou a razão social do punido, com o número de sua inscrição no Cadastro da Receita Federal.

13.7.5 - Após o julgamento do(s) recurso(s), ou transcorrido o prazo sem a sua interposição, a autoridade competente para aplicação da sanção providenciará a sua imediata divulgação no site www.compras.df.gov.br, inclusive para o bloqueio da senha de acesso ao Sistema de Controle e Acompanhamento de Compra e Licitações e Registro de Preços do Distrito Federal - e-compras, e aos demais sistemas eletrônicos de contratação mantidos por órgãos ou entidades da Administração Pública do Distrito Federal.

13.7.6 - Ficam desobrigadas do dever de publicação no Diário Oficial do Distrito Federal as sanções aplicadas com fundamento nos subitens 14.2 e 14.3 deste capítulo de penalidades, as quais se formalizam por meio de simples apostilamento, na forma do art. 65, §8º, da Lei nº 8.666, de 1993.

13.8 - Do Assentamento em Registros

13.8.8.1 - Toda sanção aplicada será anotada no histórico cadastral da empresa.

13.8.8.2 - As penalidades terão seus registros cancelados após o decurso do prazo do ato que as aplicou.

Havendo irregularidade neste instrumento, entre em contato com a Ouvidoria de Combate à Corrupção, no telefone 0800-6449060.



[Handwritten signature]

[Handwritten signature]



13.9 - Da Sujeição a Perdas e Danos

13.9.1 - Independentemente das sanções legais cabíveis, regulamentadas pelo Decreto nº 26.851/06 e suas alterações, previstas neste edital, a licitante e/ou contratada ficará sujeita, ainda, à composição das perdas e danos causados à Administração pelo descumprimento das obrigações licitatórias e/ou contratuais.

13.10 – Disposições Complementares

13.10.1- As sanções previstas nos subitens 14.2, 14.3 e 14.4 do presente capítulo serão aplicadas pelo ordenador de despesas do órgão contratante.

13.10.2 – Os prazos referidos neste capítulo só se iniciam e vencem em dia de expediente no órgão ou na entidade.

CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA – O Executor

O Distrito Federal por meio da SEDEST designará um executor para o Contrato, que desempenhará atribuições previstas nas Normas de Execução Orçamentária, Financeira e Contábil e no art. 67, da Lei n.º 8.666/93.

CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA – Da Publicação

A SEDEST providenciará, às suas expensas, a publicação no Diário Oficial do Distrito Federal, do extrato do presente Contrato, no prazo e na forma previstos na legislação pertinente.

CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA – Da Alteração Contratual

As partes poderão na forma do art. 65 da Lei n.º 8.666/93, promover alterações em quaisquer das cláusulas acordadas, exceto quanto ao seu objeto, mediante Termo Aditivo, desde que tal interesse seja manifestado por uma das partes, formalmente, no prazo mínimo de 30 (trinta) dias antes do seu término.

CLÁUSULA DÉCIMA SÉTIMA – Da Vigência

Este contrato terá vigência de 12 (doze) meses, a contar da data de sua assinatura, permitida a prorrogação na forma da lei vigente.

Havendo irregularidade neste instrumento, entre em contato com a Ouvidoria de combate à Corrupção, no telefone 0800-6449060.



Handwritten signature or mark.



CLÁUSULA DÉCIMA OITAVA – Da Dissolução

Este contrato poderá ser dissolvido de comum acordo, bastando para tanto a manifestação escrita de uma das partes com antecedência mínima de 60 (sessenta) dias, sem interrupção do curso normal de sua execução.

CLÁUSULA DÉCIMA NONA – Da Rescisão

A rescisão do Contrato, nos termos da art. 79 da Lei n.º 8.666/93, poderá ser:

- I. Determinada por ato unilateral e escrito do DISTRITO FEDERAL nos casos enumerados nos incisos I e XII e XVII do art. 78 da Lei n.º 8.666/93.
- II. Amigável, por acordo entre as partes, reduzido a termo no respectivo processo, desde que haja conveniência para todo o DISTRITO FEDERAL.
- III. Judicial, nos termos da legislação.

CLÁUSULA VIGÉSIMA – Das Disposições Transitórias

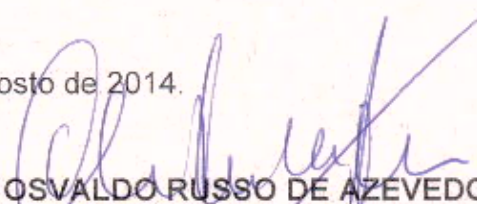
O Banco de Brasília realizará o pagamento dos valores indicados pela SEDEST, conforme o estabelecido no parágrafo primeiro da cláusula terceira desse ajuste, aos beneficiários remanescentes do extinto Programa Vida Melhor – ação Bolsa Escola e Bolsa Social - que possuem o perfil Bolsa Família, até que os mesmos sejam inseridos no programa federal. Os recursos desses benefícios ficarão disponíveis aos beneficiários pelo período de 120 (cento e vinte) dias.

CLÁUSULA VIGÉSIMA PRIMEIRA – Do Foro


Fica eleito o foro de Brasília, Distrito Federal, para dirimir quaisquer questões oriundas do presente Contrato.

Brasília, 25 de Agosto de 2014.

Pelo Distrito Federal:

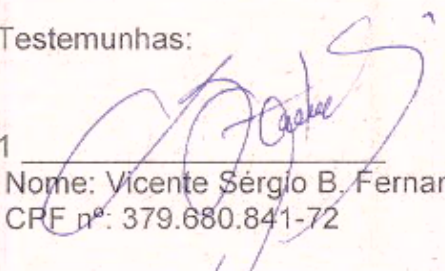

OSVALDO RUSSO DE AZEVEDO
Secretário de Estado

Pelo Banco de Brasília S/A:

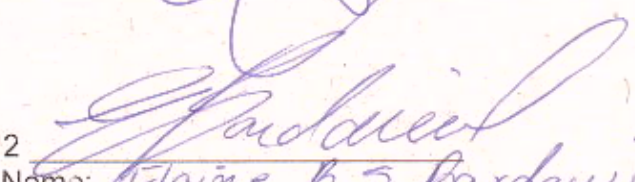

RONALDO BORGES DE SOUZA
Representante

Testemunhas:

1


Nome: Vicente Sérgio B. Fernandes
CPF nº: 379.680.841-72

2


Nome: Elaine B. S. Bardawil
CPF nº: 584.066.541-04

